



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de
Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.
Dia 09 de Novembro de 2021, das 14h às 17h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Conselheiros presentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Maria Isabel Meunier Ferraz isabelmeunier@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
3	Fernando de Oliveira Pereira fpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
4	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET)
5	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
6	Paulo Ferreira da Silva paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
7	Elizete Aparecida Rossoni Miranda elizete@patriciabezerra.com.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
8	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
9	Maria Angélica Comis angelica@edelei.org	Centro de Convivência é de Lei
10	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
11	Michel Willian de Castro Marques michel.c.marques12@gmail.com	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas (PBPD)
12	Felipe Aureliano Martins felipemartins_fsp@usp.br	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
13	Lindilene Toshie Shimabukuro lindilene@gmail.com	Instituto Sedes Sapientiae
14	Carolina Jessica da Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
15	Vera Lucia Bagnollesi vbagnolesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Conselheiros ausentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
2	Nilson da Silva Rosa nsrosa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
3	Gabrielle Dias gabrielledias@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria do Governo Municipal (SGM)
4	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
5	Vera Lúcia Rodrigues das Neves Hansen vera.hansen@crfsp.org.br	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)
6	Regiane Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
7	Cristiano Ávila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
8	Andrea Domânico andreadomânico@gmail.com	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil
9	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
10	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
11	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)

Demais presentes:

- Bruna Iglesias Martins de Oliveira (SMDHC)
- Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC)
- Jorge Artur Canfield Floriani (ABRAMD)
- Juliana Devito (Sedes Sapientiae)
- Patrick Rodrigues Andrade (SGM)
- Wagner Laguna

Discussão:

Paulo destacou uma notícia sobre o índice global de políticas sobre drogas, em que de 100 pontos possíveis, o Brasil atingiu apenas 26 pontos. Ele comentou que o COMUDA deveria ser propositivo e deveria ter uma atuação mais abrangente para mostrar a que veio. **Alcione** convidou os conselheiros para um evento na sexta-feira (12/11/2021), às 10h, na sede da Fundação Porta Aberta, onde ocorreria a formatura do grupo “Costurando para a vida II”. **Felipe** disse que, apesar do último lugar do Brasil no ranking no índice global mencionado por Paulo, seria possível subir alguns pontos no ranking, uma vez que, mesmo em um momento de retrocessos nas políticas de drogas e no cuidado a pessoas em situação de uso abusivo de substâncias, foi aprovada a lei municipal de 2019, garantindo o acesso e o cuidado de modo mais humanizado e com a perspectiva da redução de danos. **Lindlene** fez um informe sobre a nova representação do Sedes Sapientiae no COMUDA. Ela agradeceu o tempo de trabalho no COMUDA e apresentou Juliana Devito, que será a nova representante da instituição. Os conselheiros deram boas-vindas à Juliana e saudaram Lindlene pelos anos no conselho. **Rodrigo** falou

sobre uma nova fase do POT Redenção, em que haveria uma sede específica para o POT Redenção em cada um dos 5 territórios em que está presente: na região central, no Campo Belo, em Ermelino Matarazzo, na Freguesia do Ó e em Heliópolis. Segundo Rodrigo, em cada centro do POT também haveria uma cozinha experimental, com o intuito de formar empreendimento coletivo na área da gastronomia. A previsão era que até janeiro todos os espaços fossem alocados, e o POT Redenção aumentaria seu público de 460 para 600 pessoas. **Alcione** complementou Rodrigo, dizendo que a ideia da Fundação Porta Aberta, que seria uma das sedes do POT Redenção, era fazer uma inauguração em cada casa. **Maria Isabel** informou que as pesquisas para o censo de população de rua já haviam iniciado, inclusive na Cracolândia da Luz e que em breve haveria um panorama da população em situação de rua na cidade no pós-pandemia. Ela sugeriu que, quando pronto, ele pudesse ser apresentado em uma reunião do COMUDA. Ela ainda disse que a SMADS estava em vias de contratação de um outro censo sobre crianças e adolescentes em situação de rua. **Maria Angélica** contou que dois redutores de danos do É de Lei foram contratados por uma noite para trabalhar junto à equipe do censo para ajudar a chegar em algumas cenas de uso, uma forma de cuidado na abordagem da pesquisa. **Décio** elogiou a forma conduzida no censo, de conter, junto ou até dentro do grupo de pesquisadores, pessoas com familiaridade nos territórios - sejam os trabalhadores ou usuários das cenas de uso. Ele lembrou do censo de 2005, afirmando que essa metodologia trouxe ótimos resultados, inclusive qualitativos. **Paulo**, retomando o assunto do índice global, afirmou que o Brasil só está na última posição por conta do descaso e de ações repressivas com a população em cenas de uso, além da violência contra a população negra no Brasil. Ele sugeriu que o conselho pudesse se debruçar sobre esse índice e se posicionasse frente a esses dados. **Décio** endossou a fala de Paulo, sugerindo que o COMUDA se debruçasse sobre as pesquisas que estavam sendo feitas sobre o tema. **Alcione** perguntou a Décio se o ofício de novas representações no COMUDA já havia sido emitido, pois a Fundação Porta Aberta ainda não havia recebido nenhuma comunicação. Ela ainda perguntou quando seriam as eleições do conselho. **Décio** disse que a comunicação do ofício ficou na incumbência da SGM. Ele disse que os órgãos públicos já devem ter sido enviados via SEI, mas que verificaria com os membros da SGM se os demais também já haviam sido enviados. Ele lembrou que a pauta da reunião seria um balanço da gestão justamente por completar dois anos de mandato e que esperava encerrá-lo nesse tempo. **Vera** perguntou sobre o que constava no regimento interno do COMUDA sobre a possibilidade de continuidade de uma gestão. **Décio** respondeu que o mandato dura dois anos e, assim que um novo grupo de conselheiros é publicado no Diário Oficial, há no máximo duas reuniões para que seja realizada uma nova eleição da gestão. **Vera** perguntou como seria a gestão do conselho se os dois anos de mandato forem expirados, mas os novos conselheiros ainda não forem nomeados. **Décio** disse que o Regimento Interno não tem nenhuma especificidade sobre esse caso, mas que poderia ser debatido em Plenária. Ele ainda apontou que esperava que os nomes fossem publicados em outubro, mas ainda não haviam sido publicados. **Maria Angélica** perguntou se o ofício tinha sido enviado para todas as organizações do COMUDA, afirmando que o É de Lei também não havia recebido o ofício. **Décio** respondeu que para as entidades públicas o ofício havia sido publicado via SEI, mas que ele não tinha informações sobre o envio do ofício para as demais entidades. **Maria Angélica** respondeu a Vera que, sobre a vacância, nos períodos em que houve demora para realizar a eleição, a gestão do conselho vigente foi mantida.

Na sequência, **Décio** apresentou a pauta da violência na Cracolândia. Ele reapresentou o propósito do GT em conjunto com o CONED chamado “FACES da

Violência”, que se tornou uma pauta permanente do COMUDA. **Felipe** lembrou que as violências do território não ocorrem só na Cracolândia, pois ele trabalha na região da avenida Paulista e, desde as matérias veiculadas pela Record, ele tem visto maior presença da PM e da GCM e tem ouvido de usuários mais relatos de violência policial. **Décio** comentou que o relato de Felipe era importante para se pensar na expansão desse território. O foco tem sido na Luz, mas há outros grupos que acabam sofrendo situações de violência em locais com menos visibilidade. **Felipe** ainda sugeriu que essa discussão pudesse ter alguns direcionamentos nos modos de pensar o cuidado no território, em que há um crescimento progressivo do número de pessoas em situação de vulnerabilidade. **Jorge Artur** ainda comentou que esse território é divisa entre as subprefeituras da Sé e de Pinheiros, o que por vezes vira “território de ninguém”. **Maria Angélica** comentou que em uma cena de uso no viaduto dos Bandeirantes havia um problema parecido, em que o território era limite das subprefeituras do Jabaquara e da Vila Mariana, sugerindo uma maior atenção nessas divisões. **Décio** lembrou que a ideia do GT era ouvir as pessoas das mais diversas áreas envolvidas nessas violências. Em um primeiro momento, houve uma reunião com Dentinho e a pastora Nildes, que vivem a realidade da Cracolândia da Luz. Em um segundo momento, houve uma reunião com o secretário Executivo da Justiça, que explicou como funciona o projeto Marco Zero, de organização dos espaços públicos do centro. Na reunião anterior do CONED, foi decidido o convite a Julita Lemgruber, que pesquisou sobre os gastos públicos nas políticas sobre drogas, principalmente no que se refere aos gastos com repressão. **Décio** sugeriu mais alguns encontros desse GT para que fosse elaborado um relatório das discussões que fosse encaminhado ao Poder Público. **Jorge Artur** sugeriu organizar algumas datas em 2022 para os próximos encontros do GT. **Décio** propôs que, se houvesse convidados nas próximas duas reuniões do CONED e do COMUDA, seria possível fechar esse documento em breve. Ao mesmo tempo, disse ser importante organizar um cronograma para os encontros do GT.

Por fim, **Décio** apresentou um balanço dos dois anos da gestão vigente do COMUDA. Ele se mostrou em uma situação incômoda de ter que estender em um mês a gestão pelo atraso dos ofícios, e passou a compartilhar em sua tela uma apresentação de *slides*. Na primeira tela, ele fez um histórico das políticas sobre drogas da cidade de São Paulo, lembrando que, antes da criação do COMUDA em 2002, já havia o Conselho Municipal de Entorpecentes, criado em 1989. Ele lembrou ainda do processo de elaboração da Política Municipal de Álcool e outras drogas, regida pela lei 17.089 de 2019. Sobre a gestão, que durou de novembro de 2019 até novembro de 2021, **Décio** informou que ocorreram: 2 reuniões ordinárias em 2019; 12 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias em 2020; e 11 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias em 2021; totalizando 29 reuniões. Na sequência, **Décio** apresentou alguns resultados da gestão, como a elaboração e divulgação do relatório da VII COMPAD. Ele lembrou do modo como a conferência foi construída e organizada, a partir da participação dos usuários e dos trabalhadores ao longo de todo processo da conferência. O relatório final da COMPAD foi organizado a partir de um GT composto por **Décio**, **Jorge Artur**, **Maria Angélica**, **Michel** e **Alcione**. Na sequência, **Wagner** divulgou a IV Conferência Municipal de Saúde Mental, que ocorreria entre 28 e 30 de janeiro de 2022, com pré-conferências territorializadas. Ele comentou que esse seria um espaço importante para que o COMUDA conseguisse reproduzir e potencializar as discussões que ocorreram na VII COMPAD. **Maria Angélica** complementou **Wagner**, dizendo que o documento norteador da IV Conferência Municipal de Saúde Mental envolve muitos aspectos relacionados à política de álcool e outras drogas, sugerindo que os conselheiros se

envolvessem. **Décio** comentou sobre o potencial das conferências, ainda mais em um contexto em que elas aparecem na contramão dos processos de desmonte das políticas públicas. Sobre a COMPAD, ele ainda lembrou que houve um evento de lançamento do relatório com Roberto Tykanori, Teresa Endo, Tatiana Amato, Eduardo Valério e Maria Angélica Comis. Décio apontou que foi um evento muito rico, englobando diversos fundamentos sobre as políticas públicas sobre álcool e outras drogas. **Alcione** perguntou se o material seria impresso, o que **Décio** respondeu que ainda não havia uma previsão específica. Outro resultado apresentado foi a atualização do Regimento Interno do COMUDA. Décio enfatizou a importância e a grande duração dessa discussão sobre o regimento dentro de um novo GT, e que o documento foi aprovado em sua totalidade pela Plenária, sendo publicado no Diário Oficial no dia 6 de novembro de 2021. Além disso, Décio apresentou alguns efeitos da pandemia do COVID-19 nas reuniões do COMUDA. Além de elas ocorrerem de maneira remota, foram realizadas discussões sobre os efeitos dela na cidade, principalmente no que concerne às políticas sobre drogas. Assim, foram pautados temas como a distribuição de EPIs; o fechamento do Atende II durante o período de isolamento social; o acesso a serviços de apoio, água, alimentação, banho, entre outros. Também foram convidados os pesquisadores Luis Fernando Tófoli e Ana Cristina Maluf para debater os efeitos do consumo de álcool e drogas durante o período de isolamento social vivido pela população na pandemia. Ele também lembrou da apresentação de Cláudia da SMS sobre um levantamento dos contágios de COVID-19 pela cidade e também dentro da Cracolândia da Luz. Ele também relembrou das discussões do GT sobre as faces da violência na Cracolândia e apontou a importância dos diálogos que ocorreram com membros do poder público nas reuniões do COMUDA, como: Elza Paulina de Souza, na época Comandante Geral da GCM e hoje Secretária Municipal de Segurança Pública, sobre o papel da GCM na Política Municipal de Drogas; Alexis Vargas, Coordenador de Programas Estratégicos da Secretaria de Governo Municipal; e Dr. Arthur Guerra, Coordenador Técnico do Programa Redenção. Foram enviados também dois ofícios para poder público, um exigindo considerações sobre o fechamento do Atende II e outro sobre algumas preocupações com a questão da violência na Cracolândia. Por fim, ele mostrou uma linha do tempo com as pautas das reuniões e um quadro com a porcentagem dos temas debatidos ao longo da gestão. De forma geral, Décio disse que houve um grande movimento de organização do Conselho, com as atas e publicações do COMUDA presentes no site da SMDHC. Após a apresentação, **Alcione** contou que sentiu falta do documento elaborado por Marcos e da ideia de Décio de montar um mapa da política municipal de drogas do município. **Carolina** agradeceu a exposição de Décio, dizendo que a ajudou a se situar uma vez que ela ingressou no COMUDA somente em abril de 2021. Ela ainda contou que é apoiadora das equipes de consultório na rua da Sé e dos SIATs I e II, convidado os conselheiros para visitar tais equipamentos. **Maria Angélica** parabenizou o Conselho, dizendo que, apesar das divergências, foi possível avançar no debate, qualificar o conselho e se apropriar da temática para defender uma nova política de drogas para o município. Ela ainda enfatizou o sucesso da VII COMPAD, lembrando que em 2022 deveria ser organizada uma nova conferência. **Michel**, lembrando o trabalho e as tantas dificuldades enfrentadas no contexto, afirmou o quanto pôde perceber as ações do COMUDA. Mesmo que em alguns momentos tenha sentido poucos avanços, afirmou que ocorreram boas discussões e que o conselho não se omitiu quando necessário. Ele ainda comentou que esse relatório era importante por mostrar que o COMUDA esteve antenado com o que ocorreu na cidade de São Paulo e enfatizou como a sociedade civil vêm mostrando ao executivo como se deveria fazer o cuidado a pessoas cujos direitos foram violados. **Maria Angélica** sugeriu que o COMUDA se articulasse com a Conferência de Saúde Mental e sugeriu que, para a

próxima gestão, a tentativa de articular emendas parlamentares para que houvesse um levantamento do uso de drogas do município. **Alcione** contou que compreendeu as falas dos colegas como um levantamento de pontos para um planejamento para a próxima gestão, entre eles: participar da Conferência de Saúde Mental, organizar a VIII COMPAD e pensar em possíveis alterações na Lei 17.089 de 2019. Por fim, **Décio** reafirmou que não se sente confortável de postergar o mandato e, se houvesse discordâncias, seria possível discutir outras vias de continuidade. A reunião foi encerrada.